



000

Nota do Conselho de Administração

Note from the Board of Directors

O relatório e contas de 2005 do ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) centra-se na análise de diversos aspectos específicos associados à sua actividade: recursos humanos, situação patrimonial e investimento, análise económica e financeira.

Esta é a prática que tem sido seguida, desde 2003, altura em que esta Autoridade passou a publicar, anualmente, um relatório sobre a sua actividade de regulação e supervisão, incluindo a situação das comunicações, o que constitui uma obrigação estatutária. A publicação do relatório de regulação relativo a 2005 seguir-se-á à divulgação do presente relatório e contas.

Não se pode, porém, dissociar a análise dos aspectos financeiros, bem como a matéria dos recursos humanos, da realidade vivida em 2005, que condicionou claramente algumas das opções feitas neste período.

A actividade prosseguida pelo ICP-ANACOM em 2005 permitiu dar cumprimento aos objectivos estratégicos definidos no plano de actividades correspondente: protecção dos utentes/consumidores, promoção da concorrência e desenvolvimento de mercados abertos. Se estes objectivos coincidem, em síntese, com os enunciados em anteriores planos, certo é que o Conselho de Administração em exercício se propôs alcançar metas concretas muito exigentes, para o que se congregaram os esforços de toda a organização.

Algumas dessas metas estavam directamente associadas aos desafios decorrentes do novo quadro regulamentar das comunicações electrónicas, transposto para o ordenamento jurídico nacional em 2004. Trata-se, com efeito, de um quadro extremamente exigente, que implicou alterações profundas na forma de fazer a regulação dos mercados em causa, implicando competências muito específicas na generalidade da estrutura do ICP-ANACOM.

Um particular relevo deve ser dado à actividade regulamentar promovida em desenvolvimento da Lei das Comunicações Electrónicas, com a aprovação, em 2005, do Regulamento sobre Qualidade de Serviço (para o serviço de acesso à rede telefónica pública em local fixo e o serviço telefónico acessível ao público em local fixo), do Regulamento da Portabilidade e do Regulamento de Selecção

The 2005 annual report and accounts of ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) focuses on the analysis of several specific aspects pertaining to its activities. These relate to human resources, assets and investment, economic and financial analysis.

This practice has been followed since 2003, when ICP started to publish, annual reports on its regulation and supervision activities, including the assessment of the status of communications in Portugal, which is a statutory obligation. The publication of the regulation report regarding the year 2005 will follow the release of the current annual report and accounts.

However, one cannot separate the analysis of the financial aspects, nor issues regarding human resources, from the lived reality in 2005, which clearly conditioned some of the options made during this period.

The activities pursued by ICP ANACOM in 2005 fulfilled the strategic objectives that had been set in the corresponding management plan. These were, protecting users/consumers, fostering competition, and developing open markets. Notwithstanding the fact that these achievements coincide with the objectives that were stated in previous plans, it is also true that the current board of directors proposed to reach very demanding concrete goals, the achievement of which required the summoning of the efforts of the whole organization.

Some of these goals were directly associated to challenges stemming from the new electronic communications regulatory framework, that was transposed into the national legal framework in 2004. In fact, this is a rather demanding framework that resulted in deep changes in how the corresponding markets are regulated, as well as in very specific duties that generally affected the whole of ICP-ANACOM's structure.

Special reference should be made in relation to the regulatory activity implemented in the aftermath of the new Electronic Communications Law, with the approval in 2005 of the Regulation on Quality of Service (regarding access to public network services and publicly available telephone services at fixed locations), of the Portability Regulation, and of the Selection and Pre-Selection Regulation - the latter published in Diário da República at the beginning of 2006. Other projects of identical nature were started, with the corresponding work



e Pré-selecção, este último publicado em Diário da República já no início de 2006. Outros projectos de natureza idêntica foram iniciados, continuando os trabalhos respectivos em 2006. É o caso, nomeadamente, da extensão do Regulamento sobre Qualidade de Serviço a outros mercados e do Regulamento da Numeração, bem como dos estudos com vista à definição do modelo subjacente às taxas a aplicar aos fornecedores de redes e serviços de comunicações electrónicas.

Deve também ser sublinhada a actividade associada à análise e definição de mercados relevantes, avaliação de poder de mercado significativo (PMS) e imposição de obrigações. No decurso de 2005, esta Autoridade pronunciou-se sobre o mercado de trânsito na rede telefónica pública num local fixo (mercado 10), o mercado retalhista de circuitos alugados e os mercados grossistas dos segmentos terminais e de trânsito de circuitos alugados (mercados 7, 13 e 14), os mercados grossistas de acesso desagregado e de acesso em banda larga (mercados 11 e 12) e o mercado grossista de terminação de chamadas em redes móveis individuais (mercado 16). No final de 2005, ficavam completas as análises de 15 dos 18 mercados relevantes identificados na Recomendação da Comissão 2003/311/CE, de 11 de Fevereiro de 2003, bem como um mercado identificado fora da listagem da Comissão.

São ainda de salientar as diversas intervenções, ao longo de 2005, no âmbito da oferta desagregada do lacete local (OLL), tanto em termos dos preços praticados, que baixaram substancialmente, como dos prazos e processos associados, tudo conduzindo a um crescimento ímpar do número de lacetes desagregados, o que é essencial para garantir uma efectiva concorrência no mercado das comunicações electrónicas em geral e da banda larga em particular. Vale a pena ilustrar, em números, esse crescimento: enquanto, no final de 2004, havia 8.780 lacetes desagregados, no final de 2005 esse total cresceu para 72.019. É igualmente importante referir o crescimento operado relativamente ao número de centrais com operadores co-instalados: de 102 no final de 2004, passou a haver 184 no final de 2005.

Estas medidas foram complementadas por outras intervenções com impacte significativo no mercado, nomeadamente no âmbito da oferta grossista 'Rede ADSL PT' e de ofertas lançadas pelo grupo PT na rede de cabo, bem como

continuando em 2006. Such is the case, namely, with the extension of the Regulation on Quality of Service to other markets and the Numbering Regulation, as well as of studies aiming to define the model corresponding to the fees that should be applied to the electronic communications network and service providers.

Activities associated to the analysis and assessment of relevant markets, the evaluation of significant market power (SMP), and the setting of obligations should also be noted. During 2005, ICP-ANACOM released its evaluation of the market of transit services in the public fixed telephone network (market 10), the retail market of minimum set of leased lines, and the wholesale markets for leased lines terminal segments and for transit segments (markets 7, 13 and 14), the wholesale markets for the provisions of unbundled access and broadband access (markets 11 and 12), and the market of voice call termination in individual mobile networks (market 16). By the end of 2005, the analysis to 15 of the 18 relevant markets identified in the Commission's Recommendation 2003/311/EC of 11 February 11 2003, as well as to a market outside the Commission's list, was complete.

Emphasis should also be given to several interventions, during 2005 - within the scope of the reference unbundling offer (RUO) - both in terms of the prices that were charged, which substantially decreased, and of the associated time periods and processes, all of which lead to a unique growth in the number of unbundled loops. This is vital towards securing an effective competition in the electronic communications market in general and within the broadband sector in particular. It is worthwhile illustrating this growth with some numbers: while at the end of 2004 there were 8,780 unbundled loops, this number increased to 72,019 by the end of 2005. It is also important to mention that the growth that occurred regarding the number of switchboards with co-installed operators: from 102 at the end of 2004, it reached 184 by the end of 2005.

These measures were complemented by other interventions that had a significant impact on the market, namely within the scope of the "Rede ADSL PT" wholesale offer and of offers launched by Grupo PT in the cable network, as well as of the subscriber line resale offer (SLRO) and of the access do ducts.

da oferta de realugar da linha de assinante (ORLA) e do acesso a condutas.

Além disso, o ICP-ANACOM manteve-se permanentemente atento à evolução tecnológica e à introdução de novos serviços. É o caso, em particular, da voz sobre protocolo Internet (VoIP), que determinou a criação de um grupo de trabalho interno que preparou a consulta lançada em Novembro de 2005.

Igualmente o processo associado ao lançamento da televisão digital terrestre (TDT), identificado como prioritário no plano de actividades do ICP-ANACOM, mereceu um acompanhamento cuidado ao longo de 2005, também em ligação com outras entidades interessadas.

O reforço da supervisão e fiscalização dos mercados que integram o sector das comunicações (comunicações electrónicas e postais) constituía outra das apostas do Conselho de Administração para o período em causa, que foi possível concretizar, através de diversas acções desenhasadas. Trata-se de uma área de intervenção fundamental para o adequado funcionamento dos mercados, que importa incentivar cada vez mais. Nesse contexto, e com o objectivo de manter o público em geral informado das condições de oferta dos diferentes serviços, foram desenvolvidos e divulgados no sítio do ICP-ANACOM na Internet seis relatórios de aferição da qualidade de serviço das redes móveis GSM, bem como o estudo "O Mercado da Banda Larga em Portugal".

No quadro do objectivo de protecção dos utentes/ consumidores, destaca-se um conjunto de medidas adoptadas pelo ICP-ANACOM ao longo de 2005, tendo também presentes obrigações estatutariamente consagradas.

Com vista a proporcionar a todos os cidadãos-consumidores um acesso apropriado aos serviços de comunicações, ao abrigo das suas obrigações estatutárias e da legislação aplicável tanto às comunicações electrónicas como ao sector postal, garantindo uma regulação mais próxima dos utilizadores e contribuindo para a supervisão e fiscalização eficazes dos mercados regulados, o ICP-ANACOM criou, em Maio de 2005, a Unidade de Missão para o Tratamento de Solicitações sobre o Mercado (UM-TSM), que constituía um projecto prioritário como tal antecipadamente identificado

Furthermore, ICP-ANACOM was constantly alert to technological innovations and the introduction of new services. Such is the case, particularly, with the voice over Internet protocol (VoIP), which led to the creation of an internal working group that prepared a consultation procedure that was launched in November 2005.

Likewise, the process associated with the launch of terrestrial digital television (DTD), identified as a priority in ICP-ANACOM's management plans, deserved careful following throughout 2005 - also in collaboration with other interested entities.

Strengthening the supervision and monitoring of the markets that constitute the communications sector (electronic and postal communications) was another goal of the board of directors for this period. The board was able to achieve its objective by means of implementing several strategies. This intervention area is crucial for the adequate functioning of markets, and therefore, it is increasingly important that it be fostered. In this context, and with the purpose of keeping the general public informed of the offer conditions of different services, six reports surveying the service quality of GSM mobile networks, as well as the study "The Broadband Market in Portugal", were released on ICP-ANACOM's website.

Within the framework of user/consumer protection objectives, the highlight goes to a set of measures adopted by ICP-ANACOM throughout 2005, also considering the statutory obligations that were established.

In order to provide all citizens-consumers with adequate access to communications services, under its statutory obligation as well as in view of the legislation that applies both to the electronic communications and to the postal sector - - guaranteeing a regulation that is closer to the users and contributes to an effective supervision and monitoring of the regulated markets - in 2005 ICP-ANACOM created the Unidade de Missão para o Tratamento de Solicitações sobre o Mercado (UM-TSM - Mission for the Handling of Requests concerning the Market). This was a priority project that had been previously identified in the 2005 management plan. Indeed, the ongoing analysis of the data thus obtained - that is, from the corresponding statistical scrutiny - provide the different activity areas of this Institution with another tool that may contribute for the evaluation of how well or not the markets are operating.



no plano de actividades de 2005. Com efeito, a análise contínua da informação obtida por esta via, nomeadamente a partir do respectivo tratamento estatístico, permite dotar as diferentes áreas de actividade desta Autoridade de mais um instrumento susceptível de contribuir para a avaliação do funcionamento dos mercados.

Esta Unidade de Missão, além de assumir a gestão do tratamento da generalidade das solicitações recebidas, realizou um exercício de *benchmarking*, através da análise dos procedimentos seguidos em autoridades reguladoras nacionais de outros países e em outras entidades públicas nacionais, e desenvolveu um processo de avaliação da solução informática de gestão do tratamento das solicitações sobre o mercado. Pretende-se que, até ao final de 2006, a nova estrutura responsável por esta área de actividade entre em funcionamento. A respectiva implementação é tanto mais importante quanto, com a publicação do Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, se veio instituir a obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações nos estabelecimentos, entre outros, dos prestadores de serviços de comunicações electrónicas e de serviços postais, o que, desde a sua entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2006, conduziu a um aumento substancial do volume de reclamações recebidas.

Incumbe também ao ICP-ANACOM assegurar um elevado nível de protecção dos consumidores no seu relacionamento com as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas e promover a prestação de informações claras, exigindo, especialmente, transparência nas tarifas e nas condições de utilização dos serviços.

Tendo em vista criar condições que permitam aos prestadores de serviços o rápido e efectivo cumprimento do disposto na lei e que garantam a protecção dos consumidores no domínio dos contratos neste âmbito celebrados e uma melhor qualidade da informação disponível, foram aprovadas, em 2005, as linhas de orientação relativas ao nível mínimo de detalhe de informação que deve ser incluído nos contratos de adesão. Estas linhas de orientação pretendem, assim, harmonizar as regras a constar dos contratos de adesão para o fornecimento e oferta do serviço telefónico acessível ao público (móvel ou em local fixo), de outros serviços de comunicações electrónicas e do serviço

Besides assuming the task of managing the handling of all received requests, this Mission executed a benchmarking assignment, by analysing the proceedings that are followed by other countries' national regulatory authorities and by other national public entities. This allowed developing an evaluation procedure concerning computer solutions for the management and handling of market related requests. It is intended that the new structure responsible for this activity area will start operating before the end of 2006. The corresponding implementation is even more timely if one considers that the publication of Decree-Law no. 156/2005 of 15 September, rendered the existence of complaint books mandatory in the commercial premises of, among others, the providers of electronic communications and postal services, which, since its entry into force in 1 January 2006, led to a substantial increase in the volume of received complaints.

It is also under ICP-ANACOM's powers to ensure a high level of protection to consumers in their relationship with the companies that provide electronic communications networks and services, and to promote the provision of clear information, especially demanding transparency regarding service tariffs and conditions of use.

Aiming at creating the conditions that allow service providers to rapidly and effectively fulfil the provisions of the law, and that guarantee the protection of consumers in the domain of the contracts celebrated in this scope, in 2005 the guidelines regarding the minimum level of information detail to be included in the adhesion contracts were approved. Thus, these guidelines intend to harmonize the rules that should be stipulated in joining contracts concerning the provision and offer of publicly available telephone services (mobile or at a fixed location), of other electronic communications services, and of the television distribution service, in particular. These guidelines are meant to guarantee that these contracts regulate a set of issues that are considered essential, as well as to secure a minimum level of information detail. The joining contracts approved in this context, following recommendations from Instituto do Consumidor (Institute of the Consumer), will be released on ICP-ANACOM's website.

de distribuição de televisão, em particular, de modo a garantir que estes contratos regulam um conjunto de matérias que se consideram essenciais e respeitam um nível mínimo de detalhe de informação. Os contratos de adesão aprovados neste contexto, após parecer do Instituto do Consumidor, são disponibilizados no sítio do ICP-ANACOM na Internet.

Ainda com o objectivo de melhorar e aumentar o conhecimento e a informação das condições de oferta sobre os serviços disponíveis para os consumidores, o ICP-ANACOM desenvolveu, em colaboração com os três operadores móveis, o Observatório de Tarifários do serviço telefónico móvel, um simulador disponível em www.anacom.pt. Este simulador, que foi tornado público em Julho de 2005, permite aos consumidores individuais consultar e comparar, gratuitamente e de forma interactiva, os tarifários dos operadores móveis para as chamadas de voz, mensagens escritas e mensagens multimédia, a nível nacional. Para este efeito, são disponibilizadas as seguintes funcionalidades: simular consumo mensal (chamadas de voz e mensagens), comparar chamadas ou mensagens, simular chamadas ou mensagens virtuais e consultar tarifários (chamadas de voz e mensagens). Deu-se, mais uma vez, cumprimento ao disposto na Lei das Comunicações Electrónicas, que comete à autoridade reguladora nacional a obrigação de disponibilizar e manter actualizadas informações que contribuam para um mercado aberto e concorrencial, designadamente informação sobre condições de oferta de todos os serviços acessíveis ao público, de modo a permitir aos consumidores avaliar as alternativas disponíveis.

Por último, refira-se que a divulgação de informação relevante para o mercado é também promovida através da edição de publicações, algumas estatutariamente obrigatórias, e de outras peças, muitas vezes associadas à realização de eventos sobre matérias sectoriais específicas, bem como da concessão de patrocínios e outros apoios. No âmbito das publicações de carácter técnico, é de salientar a aprovação e divulgação do Quadro Nacional de Atribuição de Frequências - 2005.

No que respeita ao acompanhamento do sector postal, no quadro das competências do ICP-ANACOM, decorrentes dos seus estatutos, da Lei de Bases respectiva e demais diplomas aplicáveis, destacam-se os trabalhos preparatórios

Also, with the purpose of improving and increasing knowledge and information of offer conditions pertaining to the services that are available to consumers, ICP-ANACOM developed the mobile telephone service Tariff Simulator, in cooperation with the three mobile operators, available at www.anacom.pt. This Simulator has been publicly available since July 2005. It gives private consumers the chance to freely and interactively refer to, and compare, the mobile operators' tariffs for national voice calls, short messages and multimedia messages. To these ends, the following features are available: monthly consumption simulation (voice calls and messages), virtual call or message simulation, and tariff comparisons (voice calls and messages). Once again, the provisions of the Electronic Communications Law were fulfilled, which sets upon the national regulatory authority the obligation of providing and updating information and data that contribute to a open and competitive market, namely information on the offer conditions of all publicly available services, in order to give consumers the opportunity to evaluate all available alternatives.

Lastly, it should be mentioned that the release of relevant information to the market is also done through the edition of publications, some of which are statutorily mandatory - as well as of other items, associated to participation in events dedicated to specific sectoral issues - and, finally, the granting of sponsorships and other kinds of support. Within the scope of technical publications, the approval and release of the 2005 National Frequency Allocation Plan stands out.

Regarding the monitoring of the postal sector - and within the scope of the powers that stem from ICP-ANACOM's statutes, the corresponding Basic Law, and the remaining applicable legal diplomas - one must highlight the preparatory works that concern the adoption of a Regulation on closing times and on the reduction of the operation hours of postal stations, as well as the corresponding public consultation that was launched in 2005.



relativos à adopção do Regulamento sobre encerramento e redução de horário de estabelecimentos postais, tendo sido lançada em 2005 a consulta pública correspondente.

É de acrescentar, para enquadramento, que, em 2005, a acção desta Autoridade foi exercida sob a tutela do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, não obstante as alterações operadas ao nível governamental. No âmbito do actual Governo (XVII), as competências relativas a esta Autoridade foram, nos termos do Despacho n.º 16229/2005, de 26 de Julho, delegadas no Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

Destaca-se ainda a actividade, iniciada no final de 2004, do Conselho Consultivo do ICP-ANACOM, órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de actuação desta Autoridade. O Conselho Consultivo promoveu a realização de 3 reuniões em 2005, em que foram aprovados, para além do seu próprio regulamento interno de funcionamento, pareceres sobre o plano e orçamento 2005/2007, o plano e orçamento 2006/2008, o relatório de regulação 2004 e o tarifário de retalho do serviço telefónico prestado em local fixo. Foram ainda analisadas recomendações no âmbito do ITED (infra-estruturas de telecomunicações em edifícios).

Passando, agora, à análise do conteúdo do presente relatório e contas, é de salientar o seguinte:

O ICP-ANACOM, de acordo com os seus estatutos, rege-se por princípios de direito privado, não lhe sendo aplicável o regime geral da actividade financeira dos fundos e serviços autónomos no tocante às normas e procedimentos de gestão financeira e patrimonial. No entanto, continuaram a ser estritamente observados, em 2005, nos procedimentos contratuais, os princípios da transparência, da concorrência e da não discriminação, da qualidade e da economicidade. Esta prática é fundamental para o respeito do regime jurídico misto a que esta Autoridade obedece, que conjuga prerrogativas de direito públicas com a flexibilidade e eficácia do direito privado.

For a better contextual understanding, it should be added that in 2005 the activities of this Authority were pursued under the auspices of the Ministry of Public Works, Transport and Communications, notwithstanding the changes operated at the governmental level. Within the scope of the current Government (XVII), the powers regarding this Authority were, under the terms of Order no. 16229/2005, conferred to the Assistant Secretary of State for Public Works, and Communications.

The activities started at the end of 2004, by ICP-ANACOM's Advisory Council - a consulting organism - entailing support and participation in the definition of this Authorities' activities general lines, must also be mentioned. The advisory Council held three meetings in 2005 which, in addition to its own internal operational regulation approved, assessments of the 2006/2007 plan and budget, the 2006/2008 plan and budget, the 2004 regulation report, and the retail tariffs of telephone services at fixed locations. The Council also analysed a recommendation within the scope of ITED (telecommunications infrastructures in buildings).

Proceeding now to the analysis of the current annual's report contents it should be stressed that:

According to its statutes ICP-ANACOM is governed by the provisions of private law. Therefore, the financial and assets management of ICP-ANACOM is not subjected to the general regime for financial fund-activities and autonomous services. Nevertheless, in relation to contractual procedures there was strict compliance in 2005 with the principles of transparency and non-discrimination, of quality and economic competitiveness. It is crucial that this practice be followed in order to ensure that this Authority complies with the mixed legal regime that regulates it and by means of which ICP-ANACOM jointly profits from the provisions of public law and the flexibility and efficiency of private law.

Em termos financeiros, no ano de 2005 o montante total das receitas foi de 72.413 milhares de euros; o total dos custos e perdas ascendeu a 60.104 milhares de euros; os resultados líquidos registaram o valor de 12.309 milhares de euros.

Com efeito, foi possível obter uma sensível redução dos custos de funcionamento desta Autoridade, em termos gerais, constituindo excepção a rubrica de trabalhos especializados, dada a necessidade de recorrer a entidades externas para a obtenção de estudos e pareceres especializados, principalmente dirigidos às actividades de regulação e supervisão, como suporte à tomada de decisões sobre matérias de elevada complexidade e com forte impacto no mercado das comunicações.

Em termos de custos, é ainda de relevar a continuidade da participação no financiamento de diversos projectos especiais de ordem social e no âmbito da sociedade da informação, registando um montante global de 4.605 milhares de euros, valor este inferior ao de 2004, em 12,1%.

Importa, igualmente, sublinhar duas situações ocorridas em 2005, relevantes para a leitura deste relatório: a transferência para o Estado de 85% dos resultados líquidos do exercício de 2004, por força do determinado na Portaria n.º 39/2006, de 12 de Janeiro, que publicou o despacho conjunto do Ministro de Estado e das Finanças e do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de 29 de Dezembro de 2005; e a transferência para a Autoridade da Concorrência (AdC) de cerca de 4.073 milhares de euros (Portaria n.º 180/2005, de 15 de Fevereiro, que dá sequência ao disposto no Decreto-Lei n.º 30/2004, de 6 de Fevereiro).

Apesar da redução em 5% das taxas cobradas por utilização do espectro aos operadores do serviço móvel terrestre público (nos termos da Portaria n.º 126-A/2005, de 31 de Janeiro, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2005), verificou-se um acréscimo de 6%, comparativamente com o ano anterior, reflectindo um aumento de actividade, fundamentalmente daquele serviço. Com a progressiva implementação de um tarifário (taxas administrativas) baseado, essencialmente, no princípio da orientação para os custos, serão acolhidas as normas da Lei das Comunicações Electrónicas, prosseguindo-se no sentido da redução das taxas a cobrar ao serviço móvel

In financial terms, revenues in 2005 totalled 72,413 thousand euros; total costs and losses amounted to 60,104 thousand euros; net results registered a value of 12,309 thousand euros.

In fact, in broad terms it was possible to achieve a small reduction in this Authority's operating costs, with the exception of the 'specialized works' category. This was due to a need to use external entities in order to obtain specialized studies and assessments, mainly focusing on regulation and monitoring activities - such as supporting decision making processes on high complexity issues, and had a strong impact on the communications' market.

In terms of costs, one must also note the ongoing participation in the financing of several special projects of social nature and within the scope of information society. These registered a global amount of 4,605 thousand euros, a value which is 12.1% below that of 2004.

It is also important to underline two situations that occurred in 2005, that are relevant for the reading of this report: first, 85% of 2004's net financial revenues were transferred to the General Government - following the provisions of Administrative Rule no. 39/2006 of 12 January, which published the respective joint order from the Minister of State and Finances and the Minister of Public Works, Transport and Communications, of 29 December 2005; secondly, around 4,073 thousand euros were transferred to the Autoridade da Concorrência (AC - Competition Authority) (Administrative Rule no. 180/2005 of 15 February, which follows the provisions of Decree-Law no. 30/2004 of 6 February).

In spite of a 5% reduction in the fees that were charged to the public land mobile service operators for spectrum use (under the terms of Administrative Rule no. 126-A/2005 of 31 January, retroactively into force since 1 January 2005), a 6% increase was registered in comparison to the previous year - thus reflecting an activity increase mainly for that service. With the successive implementation of tariffs (administrative taxes) essentially based on the cost-orientation principle, the provisions of the Electronic Communications Law will be fulfilled. This allows for maintaining the current orientation towards reducing the fees that are to be charged to the land mobile service, as well as the related spreading of ICP-ANACOM's administrative costs to the remaining service providers.



terrestre e da correspondente distribuição dos custos administrativos do ICP-ANACOM pelos demais prestadores de serviços.

A realização do investimento situou-se acima do nível do ano anterior, tendo ascendido a 3.766 milhares de euros, o que representa um acréscimo de 17,5%.

No que respeita aos recursos humanos, é de relevar a importância dada à formação contínua, tanto especializada como genérica, aspecto que se pretende reforçar futuramente, valorizando e actualizando os seus meios humanos, que são o recurso mais importante do ICP-ANACOM.

Em 2005, concretizou-se o esforço de contenção no recrutamento de recursos humanos, motivo pelo qual, além de não se ter atingido o número de efectivos previsto no plano de 2006, se reduziu o número de pessoas do quadro de pessoal, comparativamente com o ano transacto. Trata-se de um esforço continuado e consistente que se pretende manter no futuro, sem perder de vista o reforço das competências que são necessárias para o bom desempenho da missão desta Autoridade.

Podemos, assim, concluir que as acções desenvolvidas em 2005 foram norteadas pelo rigor e pela contenção financeira, bem como pela valorização dos recursos humanos e consolidação das competências existentes.

Na verdade, não seria possível ao ICP-ANACOM realizar o conjunto alargado e especializado de atribuições que lhes estão cometidas sem o forte empenhamento dos seus recursos humanos, com a alta qualidade técnica e humana que os caracteriza. Aproveitamos esta oportunidade para lhes prestar o devido testemunho e registar o agradecimento que lhes é devido.

A actividade desta Autoridade é, essencialmente, dirigida aos operadores e agentes do sector. Com eles e para eles continuaremos a trabalhar em estreita ligação.

Investment stood above the level of the previous year, reaching 3,766 thousand euros, which represents a 17.5% increase.

Regarding human resources, the importance given to continuous training - both specialized and generic - stands out. The aim is to strengthen this feature in the future, thus valuing and updating ICP-ANACOM's human elements, which are its main resource.

In 2005 there was a contention effort in the recruitment of human resources which, in addition to not reaching the number of workers foreseen in the 2006 plan, reduced the number of people present in the work force compared to the previous year. This is an ongoing and consistent effort that is intended to be kept in the future - albeit also keeping in view the strengthening of the competencies that are needed for the successful accomplishment of this Authority's mission.

We can thus conclude that the activities developed in 2005 were oriented by financial discipline and contention, as well as by the enrichment of human resources and the consolidation of existing competences.

Truly, it would not be possible to ICP-ANACOM to accomplish the broad and specialized set of duties that its mandate incurs without the strong engagement of its human resources, with the high technical and human quality that characterizes them. We take this opportunity to render proper witnessing and to address the thanking that it is owed to them.

This Authority's activities are essentially aimed at the sector's operators and agents. We will continue to work in close connection with them and for them.

Também o Conselho Fiscal e o Conselho Consultivo merecem, justamente, manifestação do nosso apreço, pela colaboração e apoio prestados ao longo de 2005. Enquanto o primeiro constitui um dos garantes do cumprimento das regras aplicáveis em matéria de gestão financeira e patrimonial, o segundo assegura um contributo fundamental em áreas estratégicas como as que, estatutária e não exaustivamente, estão consagradas na lei.

Há, finalmente, que referir que a composição do Conselho de Administração que dirigiu os destinos desta Autoridade em 2005 não corresponde, na íntegra, ao colectivo que subscreve a presente nota, dada a exoneração, a pedido, do vogal José Saraiva Mendes, formalizada em Janeiro de 2006.

A todos, aqui deixamos o registo do nosso agradecimento.

Moreover, the statutory audit committee and the advisory council justly deserve a statement of our appreciation for the collaboration and support given throughout 2005. While the first guarantees the compliance with applying rules in matters of financial and assets management, the second makes fundamental contributions to strategic areas such as those stated in the law, statutorily and non-extensively.

Finally it should be mentioned that the board of directors that ruled the predicaments of this Authority in 2005 does not fully correspond to the subscribers of this note, due to an exoneration request, by the director José Saraiva Mendes, which was made official in January, 2006.

To all, we here register our gratitude.

O Conselho de Administração

The Board of Directors.

Pedro Duarte Neves

José Saraiva Mendes

Teresa Pintado Maury

